

RIF

# Resenha

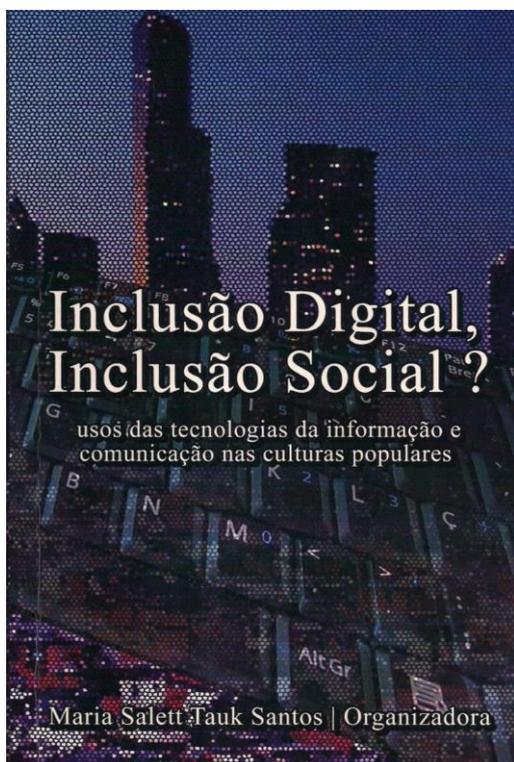


BANCA DO CARTÃO

TONIN

## Sobre usos e apropriações: a relação entre as tecnologias de informação e comunicação e os programas de inclusão digital

Tamara de Souza Brandão Guaraldo<sup>1</sup>



SANTOS, Maria Salett Tauk. (Org.) **Inclusão digital, inclusão social?** Usos das tecnologias da informação e comunicação nas culturas populares. Recife: Ed. do autor/UFRPE, 2009. 256 p.

Até meados do século XX os estudos sobre audiência focalizavam a comunicação de massa e seus efeitos, porém, com o início da comunicação mediada por computador, estudiosos da Comunicação acreditavam que haveria uma transferência do controle dos meios das mãos dos emissores para a dos receptores. Inclusive os termos utilizados começaram a mudar, do genérico audiência, passou-se a utilizar o termo usuário, pois com os novos meios de informação e comunicação, a relação com os receptores é diferente: há uma nova interação particular em que a tecnologia é utilizada e não apenas exposta.

Diante deste posicionamento, o livro ***Inclusão Digital, Inclusão Social?*** levanta questionamentos sobre programas de inclusão digital no Brasil destinados a comunidades de baixa renda. O livro é uma coletânea de artigos organizado pela professora Maria Salett Tauk Santos, e é resultado de pesquisas desenvolvidas pela autora e demais

---

<sup>1</sup> Jornalista. Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) campus de Marília/SP.

pesquisadores, em sua maioria vinculados ao Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). A organizadora é professora associada da UFRPE e coordenadora do grupo de pesquisa Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local da INTERCOM.

O objetivo da obra é analisar se as experiências de inclusão digital, sejam governamentais ou não governamentais, contribuem para a inclusão social de populações no contexto popular. Na introdução são apresentados os conceitos de inclusão e exclusão digital a partir da metáfora da rede, em que os incluídos são os conectados e os excluídos os outsiders, ou sem conexão. O primeiro artigo, de autoria da organizadora, discorre sobre o paradigma das novas tecnologias e sinaliza o referencial teórico das pesquisas apresentadas: o uso dos meios na abordagem das mediações culturais, com o aporte da Escola Latino Americana de Comunicação em autores como Jesús Martín-Barbero, Guillermo Orozco e Nestor Garcia Canclíni.

No segundo artigo, “Inclusão Digital e capital social nas culturas populares: A recepção do Programa Escola Aberta em Pernambuco” iniciam-se as análises dos usos e apropriações dos programas de inclusão digital. O “Escola Aberta” foi um projeto desenvolvido pela UNESCO Brasil em parceria com Secretarias de Educação em cinco regiões do país, sendo voltado a jovens em situação de vulnerabilidade social.

O terceiro artigo “Comunicação e Tecnologia: a inclusão digital nos bytes da Estação Futuro” analisa a experiência do governo estadual de Pernambuco que oportuniza acesso às novas tecnologias de informação e comunicação. Nesta análise é latente a questão do preconceito sofrido por participantes de programas de inclusão digital e social.

O artigo “Estado, comunicação e a era tecnológica: a recepção popular do projeto Informar do governo de Pernambuco” enfatiza a apropriação que os jovens de um bairro popular do Recife fazem do projeto de inclusão digital.

“Inclusão digital, inclusão social: realidade ou ficção?” é um artigo que apresenta as aspirações dos jovens de contextos populares como importante fator de motivação para a participação em um programa de inclusão digital da prefeitura de Recife.

Também se analisam projetos de organizações não governamentais em “Inclusão digital em organizações não governamentais: A recepção do programa Jovens

Comunicadores”, que discute as mudanças na vida cotidiana dos participantes do programa na cidade do Cabo de Santo Agostinho em Pernambuco.

O artigo “Identidades e representações nas apropriações do vídeo digital” analisa as apropriações do vídeo digital por jovens do projeto Informar, no Recife. O estudo mostra como os jovens no contexto popular travam verdadeiros embates com a cultura hegemônica, evidenciando o consumo como fator de diferença na situação de carência em que vivem.

A proposta da organização não governamental Comitê para a Democratização da Informática (CDI), uma das maiores entidades brasileiras que atua na área de inclusão digital, é discutida no artigo “Inclusão Digital e cidadania: A recepção da proposta do Comitê para a Democratização da Informática”.

E por fim, o artigo “As tramas da cultura popular na rede: a experiência de blogs em escolas públicas” traz questionamentos sobre as identidades na rede na perspectiva da cultura popular, analisando projeto de inclusão digital da empresa Telemar, voltado a alunos de escolas públicas do nordeste.

Na publicação como um todo se percebe que os estudos de uso são formas de se investigar práticas culturais, mas também são participação na produção de uma representação da sociedade em sentido político. Para os estudiosos da folkcomunicação, habituados a analisar a comunicação em contextos populares, o livro é interessante por abordar propostas de inclusão digital governamentais e não governamentais, enfrentando a questão dos processos atuais de exclusão social. Nos textos é nítida a preocupação com o uso das tecnologias de informação e comunicação como um ponto de partida que contribua para a inclusão social, não se limitando a uma simples oferta de computador e internet, mas que seja voltado ao compromisso da transformação social.